



Rádio Educadora São José: o recurso radiofônico na comunicação católica durante os anos de chumbo no Amapá¹

Rodrigo do Espírito Santo da Cunha – Jornalista²

Milena Carvalho Bezerra Freire – UFSM/Unipampa³

Resumo

O artigo pretende fazer uma rápida abordagem histórica sobre a Rádio Educadora São José, instalada na cidade de Macapá (AP), analisando a relação entre Igreja e os meios de comunicação. O trabalho também pretende abordar o contexto social do Território Federal do Amapá, nas décadas de 1960 e 1970, período marcado pela repressão do Regime Militar. A pesquisa se baseia no registro documental de programas e no depoimento de pessoas que fizeram parte da história da emissora.

Palavras-chave

Rádio Educadora São José; Igreja Católica; história do Amapá; história do rádio; Regime Militar

Introdução

A Rádio Educadora São José (1968-1978) foi uma emissora de rádio sediada no Estado do Amapá e mantida pela Prelazia de Macapá, instituição criada através da bula *Unius Apostolicae Sedis*, pelo papa Pio XII, no dia 1º de fevereiro de 1949. O projeto de comunicação da Igreja Católica, no então Território Federal, vislumbrava criar uma alternativa de rádio, já que em Macapá existia apenas uma emissora oficial, a Rádio Difusora.

A Educadora, apesar do caráter religioso, oferecia uma programação variada, com noticiários, radioteatro, programas de auditório e programação musical, baseada na formação social e cultural da população. Em função dos avanços tecnológicos e pela inovação na grade de programação da rádio, a emissora foi apelidada de “caçulinha avançada”. Assim, a Educadora foi uma oportunidade para diversos profissionais que até hoje atuam na comunicação radiofônica no Amapá.

¹ Trabalho apresentado ao GT 5 – História da Mídia Sonora, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e Ciec, São Paulo, 2007.

² Rodrigo do Espírito Santo da Cunha – jornalista (Seama). Atuou durante dois anos na imprensa amapaense como estagiário em veículos de comunicação e como editor de textos da TV Gazeta/Rede Record, de Macapá. E-mail: rodrigocunha85@yahoo.com.br

³ Milena Carvalho Bezerra Freire – jornalista (UFRN), publicitária (UnP), especialista em Antropologia Urbana (UFRN), mestre em Ciências Sociais (UFRN), professora de Comunicação Social da Universidade Federal de Santa Maria/Unipampa - São Borja. E-mail: milenafreire@smail.ufsm.br



Dada a necessidade da construção histórica sobre a comunicação amapaense, percebida através da deficiência de pesquisa na área, o tema foi considerado relevante e por isso proposto e executado em forma de Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo (TCC), em dezembro de 2006, na Faculdade Seama (AP). O objetivo: recuperar a história da rádio da Prelazia e contribuir para a produção de conhecimento científico sobre o Amapá e a Região Amazônica, ricos em recursos naturais e culturais muitas vezes desconhecidos por uma grande parcela da população.

Assim, o artigo apresentado é resultado desta pesquisa, cujo levantamento de informações levou praticamente dois anos. Os dados foram obtidos a partir da consulta de documentos e jornais de época, além de entrevistas com pessoas que fizeram parte dessa história e, conseqüentemente, colaboraram para o desenvolvimento do Amapá. A falta de preocupação em manter um acervo mais organizado dos veículos de comunicação dificultou o trabalho de pesquisa, já que pouca coisa da época pôde ser recuperada. Vale ressaltar também as barreiras impostas pelos próprios detentores dos arquivos, que protegem o acesso a estas documentações. O resultado foi um trabalho inédito, trazendo informações até então desconhecidas inclusive para quem já trabalhou na Educadora e nunca teve acesso a alguns dados, de privilégio apenas da administração da emissora.

Desta forma, pretende-se abordar a história da emissora sob dois aspectos: o religioso e o político. Ou seja, a rádio como fruto de uma discussão mais ampla da cúpula do Vaticano sobre a direção que a Igreja deveria tomar diante das mudanças sociais do mundo e sua postura em relação à censura imposta aos meios de comunicação durante os governos militares. Outra preocupação observada na Igreja Católica foi o avanço do protestantismo, também abordado através dos programas religiosos da Rádio Educadora.

Perseguindo livros maus

Para se debruçar sobre a história da Rádio Educadora São José é necessário compreender de forma mais abrangente a relação construída ao longo do tempo entre Igreja e Meios de Comunicação. A instituição religiosa demorou praticamente quatro séculos para absorver os benefícios das novas tecnologias, que gradativamente receberiam o intuito de divulgação da mensagem apostólica. O processo de mudança deste pensamento foi abordado por Melo (2005, p. 25) que procurou dividir em fases a relação da Igreja com os *mass communication*.



A primeira fase foi marcada a partir da invenção da máquina de prensa por Gutenberg, no século XV. As publicações obtidas através da novidade não foram bem vistas pela Igreja, que na época se via dominante, autoritária, vertical e resistente às novidades que pudessem ameaçar a soberania da instituição, já abalada desde a Reforma Luterana. A reação foi dada através dos tribunais da Inquisição, onde o clero possuía o direito de proibir livros considerados hereges, geralmente destruídos pelo fogo.

O pontificado de Leão XIII, em 1878, indica uma nova fase na relação conturbada. José Marques de Melo (2005, p. 18) trata a fase como *aceitação desconfiada* da Igreja aos meios de comunicação. Foi o momento em que os papas avançam no diálogo com a imprensa, apesar de manterem o conservadorismo. A exceção esteve com o papa Pio X, que recua no diálogo e publica a encíclica *Pieni L'Animo* (1906), proibindo a leitura de jornais pelos seminaristas e autorizando a criação de departamentos de censura em cada diocese, que se responsabilizaria por avaliar trabalhos a serem publicados.

Por outro lado, a fase foi marcada pela criação da primeira rádio católica: a Rádio Vaticano, em 12 de fevereiro de 1931, e pela instituição da Organização Católica Internacional para o Cinema (OCIC), em 1928.

A consolidação dessa mudança ocorreu a partir do Concílio Vaticano II, convocado por João XXIII, em virtude das transformações ocorridas dentro da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, ao novo pensamento da Igreja Católica, que precisou “responder às pressões por inovação no período pós-guerra”. (MELO, 2005, p. 18). Pela primeira vez, o tema Comunicação Social foi debatido em um concílio, resultando num documento chamado *Inter mirifica*, de apenas 24 artigos, aprovado em novembro de 1963 (PUNTEL, 2005, p. 123). A encíclica trouxe orientações doutrinárias e pastorais sobre a utilização dos meios de comunicação por parte da Igreja, além de criar oficialmente o Dia Mundial das Comunicações Sociais. Foi neste contexto que surgiu a Rádio Educadora, assim como diversas emissoras de rádio católicas no mundo, a fim de levar o evangelho aos locais mais distantes e a conter o avanço do protestantismo.

Conforme Bubani (1985, p. 5), o trabalho de evangelização no Amapá iniciou a partir da catequização de índios por frades franciscanos, vindos de Belém, em 1618 e reforçado – no contexto mais atual – com a chegada dos padres italianos do PIME (Pontifício Instituto de Missões Estrangeiras), em 1948. O pontifício criou os alicerces para o cristianismo moderno em Macapá, implantando novas igrejas, colégios,



seminários, além de veículos de comunicação, como o jornal “A Voz Católica”, em 1959, e a Rádio Educadora, em 1968.

Neste cenário, é preciso levar em conta a situação história do Brasil, que na mesma conjuntura de países da América Latina, passavam por governos autoritários e, conseqüentemente, iriam dificultar o trabalho praticado por estas emissoras.

Os alto-falantes da Veiga Cabral

Os primeiros anos da radiodifusão amapaense acompanharam o momento inicial da autonomia do Território Federal do Amapá, criado através do Decreto-Lei nº 5.812, em 13 de setembro de 1943, desmembrado do Estado do Pará. O primeiro governador, Janary Gentil Nunes, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, possuía então a responsabilidade de implantar os serviços essenciais na nova unidade da federação brasileira.

Para auxiliar na divulgação dos serviços realizados pelo governo, Nunes criou o Serviço de Imprensa e Propaganda, que editava o jornal impresso *O Amapá* e também veiculava programas através de um serviço de alto-falantes, instalado em 25 de fevereiro de 1945, na Praça Veiga Cabral, centro de Macapá. O local virou ponto de encontro principal da sociedade, que necessitava acompanhar as notícias sobre o Território.

O serviço foi o embrião da primeira estação de rádio do Amapá, a Rádio Difusora de Macapá (ZYE-2, ondas médias, 1.460 kHz, 205.5 metros), inaugurada oficialmente no dia 11 de setembro de 1946, num prédio localizado na Rua Cândido Mendes. Entre os primeiros programas veiculados pela Difusora estão “Carnet Social”, com oferecimentos de músicas e divulgação de mensagens aos aniversariantes do dia; o “Grande Jornal Falado E-2”, transmitido após o noticiário *A Voz do Brasil*; e o “Clube do Guri”, programa de calouros infantil apresentado diretamente do auditório da RDM. Em 1953, a Rádio Difusora passou a transmitir também em ondas tropicais, na frequência de 4.915 kHz, para todo o mundo. Os primeiros integrantes da Difusora constituíam-se de funcionários já ligados ao quadro de servidores do Governo do Território Federal do Amapá e foram marcados pelo pioneirismo no rádio amapaense⁴.

⁴ Da equipe que se destacou na primeira fase da Difusora estão Argemino Imbiriba, Amazonas Tapajós, Júlio Salles, Pedro Silveira, Edna Luz, Benedito Andrade, Edvar Mota, Osmar Melo, Humberto Moreira e Terezinha Fernandes (locutores); Creuza Bordalo, Terezita Teles, Lígia Cruz, Mário Chaves, Delbanor Dias e Joíra Tavares (radioatores); e Ezequias Ribeiro de Assis, Amilar Brenha, Nonato Leal, Gutemberg Tupinambá e Walter Banhos de Araújo (músicos).

A RDM permaneceu no ar até o dia 28 de agosto de 1978, quando o Governo Federal encampou diversas emissoras de rádio da Amazônia, para a expansão da Radiobrás. A partir daí, entrou em cena a Rádio Nacional de Macapá, utilizando os mesmos equipamentos da Difusora, porém na nova frequência de 630 kHz em ondas médias. A Nacional permaneceu até julho de 1989, quando o Governo do Estado do Amapá readquiriu a emissora e retomou o nome de Rádio Difusora de Macapá.

A primeira oportunidade de implantação de uma emissora católica de rádio na capital amapaense – um desejo do primeiro bispo prelado da cidade, Aristides Piróvano – aconteceu em 1961, quando entrou no ar uma emissora clandestina, denominada Rádio Equatorial (ZYD-11, ondas médias, 1.490 kHz), pertencente à Sociedade Anônima Rádio Técnica do Amapá (Satra).

A sociedade da empresa, formada por cerca de quinze pessoas, contava com os radiotécnicos Remy do Rêgo Barros, Mário Chagas da Costa e Arinaldo Gomes Barreto e os radiotelegrafistas Manoel Joaquim Esteves Rodrigues e Ercy Alves (futuramente todos seriam sócios também da Rádio Educadora). A direção estava sob o cargo de Agenor Rodrigues de Melo, funcionário lotado no Governo do Território, acusado de ter levado a emissora ao ar antes mesmo da aprovação do Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel).

A Prelazia de Macapá queria entrar como sócia da emissora, não visando lucros nem pretendendo faturamento à Igreja, mas pedia duas condições: que tivesse 51% das ações na sociedade e dessem ampla programação religiosa. Os acionistas não criaram dificuldades no que diz respeito aos programas religiosos, mas tiveram medo de que a Prelazia tornasse dona da empresa (A VOZ CATÓLICA, 15 jul. 1973, p. 22). Os sócios voltaram atrás e recusaram a proposta da Igreja.

Em 1964, o governador Terêncio Furtado de Mendonça Porto (1962-1964) abriu um inquérito apurando irregularidades na formação da sociedade e desvio de recursos públicos por parte do prefeito de Macapá, na época Mário Luis Barata, para instalação da Rádio Equatorial (SANTOS, 2006, p. 168). No mês de junho do mesmo ano, a emissora foi desativada e os equipamentos doados à Rádio Difusora de Macapá.

A inauguração da mais ouvida

A Rádio Educadora São José (ZYA-52, 1.460 kHz – ondas médias; e 2.400 kHz – ondas tropicais) foi inaugurada oficialmente em 4 de agosto de 1968, dois anos após



serem publicados os dois decretos referentes à concessão da emissora⁵. A data foi publicada no jornal *A Voz Católica*, do dia 10 de agosto do mesmo ano, que testemunhou a cerimônia de inauguração, além dos registros encontrados em diversos documentos nos arquivos da Diocese. Mesmo assim, existem contradições no que diz respeito ao assunto. PENNAFORT (1994, p. 8) fala em 2 de agosto de 1968. A mesma informação é citada por SANTOS (2006, p. 198). Para RODRIGUES (2002), a Rádio Educadora foi inaugurada no dia 8 de agosto. A pesquisa acabou por esclarecer a contradição e corrigir as informações veiculadas pelos autores citados.

O prédio, construído na Rua Leopoldo Machado (na época, fora dos limites urbanos de Macapá), possuía biblioteca, auditório, dois estúdios, além de dormitório para os padres. Os equipamentos da emissora foram trazidos dos Estados Unidos, através do padre Domenico Bottan, do PIME, formado em engenharia de rádio e televisão pela *The Ohio State University*, na cidade de Columbia. Em função da superioridade dos equipamentos, o próprio governador Ivanhoé Gonçalves Martins (1967-1972) chegou a fazer seus discursos utilizando os equipamentos da Educadora, determinando a Difusora a entrar em cadeia.

Os primeiros funcionários – na maioria jovens entre 16 e 24 anos – passaram por um curso de preparação, nos meses de outubro e novembro de 1967. Segundo o radialista João Lázaro⁶, dos 108 inscritos, apenas 24 foram aprovados após os testes de locução, escrita e interpretação de textos, organizados através da Prelazia⁷.

No dia da inauguração, os funcionários e diretores se reuniram na biblioteca da emissora. Após a execução do prefixo da rádio – *O Lago dos Cisnes* de Tchaikovsky, executado pela orquestra de Ray Conniff (gravação de 1958) – o bispo prelado dom José Maritano (sucessor de dom Aristides Piróvano, que foi nomeado como superior-geral do PIME, na Itália) enviou uma mensagem abençoando e entregando a nova emissora de rádio aos amapaenses. O evento prosseguiu com discursos da diretora-

⁵ Decreto n° 58.544, de 30 de maio de 1966, concessão referente à “Rádio Educadora São José Ltda.” Para instalar uma emissora em ondas médias em Macapá; e Decreto n° 53.938, de 2 de agosto de 1966, referente às ondas tropicais.

⁶ Em entrevista concedida no dia 13 de outubro de 2005.

⁷ Entre os primeiros funcionários e colaboradores da “caçulinha”, estão os locutores João Lázaro, Conceição Furtado, Ellen Coelho, Luiz Tadeu, Bonfim Salgado, Anselmo Domingos e Hélio Pennafort; na equipe de esportes, Sérgio Menezes, José Moacyr Banhos de Araújo, Luiz Roberto da Motta Borges, Ivo Pinho e Francisco Salles de Lima; os controlistas de som, Itamar Torres, Jacinto Paulo Alves e Paulo Gazel; no escritório, Domingos Maciel, Ernâni Motta e Graça Viana.



gerente da Educadora, Prof^a. Maria das Dores Corrêa⁸, e a missa celebrada pelo padre Gaetano Maiello.

A primeira grade de programação da Rádio Educadora foi elaborada pelo experiente José Maria de Barros, recém-saído da Difusora, onde era diretor artístico. Entre os primeiros programas de destaque estão “Fatos, Boatos & Vice-Versa” (programas de crônicas apresentado por Bonfim Salgado), “Café da Manhã”, “Vespéral da Saudade” (apresentado por José Banhos de Araújo, com sorteio de prêmios), “Um Tema na Ordem do Dia” (programa de debates, sob comando de Hélio Pennafort), “Carrossel Esportivo-Musical” e “Yê, Yê, Yê, Sessão das Cinco” (apresentado pelo disc-jôquei João Lázaro, com músicas dos Beatles).

Educadora apresenta Ponto-de-Vista

Os programas de crônica foram adotados nas duas emissoras: Difusora e Educadora. As atrações ocupavam pequenos espaços na grade de programação – geralmente cinco minutos – e se resumiam a leitura de um único texto, extenso, abordando apenas um assunto por edição. As crônicas eram lidas em programas como “Fatos, Boatos & Vice-Versa”, “Ponto-de-Vista” e “Café da Manhã”.

O espírito libertário dos jovens locutores e redatores da Rádio Educadora, diante das pressões impostas pelos governos militares às empresas de comunicação a partir da década de 1970, levava preocupação à primeira gerente, professora Maria das Dores Corrêa, que chegou a ser chamada diversas vezes a comparecer ao prédio da Polícia Federal. “Dentro da cabine, o locutor tem o roteiro, mas lá ele pode falar o que quiser e isso foge do controle. Como era uma turma muito jovem, cheia de entusiasmo, de ideais, muitas vezes isso complicava a Prelazia”, afirma a professora⁹.

Bonfim Salgado foi um dos primeiros locutores alvos da censura do Regime Militar, por conta das crônicas, como o *Vento Me Contou* e *Se Eu Fosse Rei* apresentadas nos programas “Fatos, Boatos & Vice-Versa” e “Café da Manhã”. Salgado chegou a ser detido por motivos desconhecidos, conforme explica nota publicada no jornal A Voz Católica.

⁸ Maria das Dores Corrêa assumiu o cargo de procuradora-gerente por conta da Lei, que proibia estrangeiros em cargos de administração em emissoras de rádio e televisão. Na verdade, a emissora estava sob gerência dos padres italianos Gaetano Maiello e, posteriormente, Jorge Basile.

⁹ Em entrevista concedida no dia 5 de maio de 2006.



SOLIDARIEDADE – Durante o transe vexatório que sofreu, no início da semana, ao ser detido, por motivos ainda não esclarecidos, Bonfim Salgado recebeu de parte dos ouvintes, as mais carinhosas manifestações de solidariedade. Inúmeras foram as pessoas que pessoalmente ou através de telefone se manifestaram, solidarizando-se com o rádiojornalista da RE. O fato dispensa comentários. O programa “Qual é a Nova?”, produzido e apresentado por BS, que normalmente se estriba em largo índice de audiência, no dia seguinte ao de sua detenção, alcançou escuta total. (A VOZ CATÓLICA, 1º fev. 1969).

Assim como os músicos profissionais, os locutores eram obrigados a andar com uma carteirinha expedida pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas, da Polícia Federal. Conta Nilson Montoril¹⁰, narrador esportivo da Educadora na década de 1970, que já chegou a ser abordado por agentes da PF durante as partidas de futebol no Estádio Glicério Marques. “Se eles chegassem ao estádio e alguém da equipe de esportes não tivesse com as duas carteirinhas [da Polícia Federal e a de identidade, pois a primeira carteira não dispunha de fotografia], imediatamente tinha que deixar o microfone”.

A pressão atingiu inclusive o padre Gaetano Maiello, que foi diretor da Rádio Educadora e da Voz Católica entre 1967 e 1970. Durante este período, chegou a escrever crônicas para os programas “Ponto-de-Vista” e “Café da Manhã”, vistos com certo temor pelas autoridades locais. Por conta disso, chegou a enfrentar algumas situações desconfortáveis. Segundo Maiello¹¹, em uma das vezes que houve racionamento de gasolina na capital, foi obrigado a ir até a delegacia:

Por causa da falta de gasolina, eu cheguei a contratar uma bomba num posto da cidade. Eu tinha a chave, então podia ir lá. Acontece que certo dia, quando fui retirar a gasolina que era minha, um homem me cercou e disse para comparecer até a delegacia às sete da noite. Eu tinha que ir à cadeia toda a noite. Então, consegui falar com um advogado e ele me concedeu um *habeas-corpus*. E, noutro dia, quando fui pegar gasolina, já em outro posto, mais uma vez me chamaram para ir a cadeia. Isso aconteceu sete vezes.

Maiello, que atualmente está em um abrigo do PIME na Itália, chegou a ser indagado pelo governador do Território, o general Ivanhoé Martins: “mas porque você nunca fala de mim?”, se referindo a ausência de comentários sobre o governo nos programas apresentados pelo sacerdote na Educadora. Então o padre respondeu: “só há um problema: com a mesma liberdade que o senhor fala de mim, eu também quero falar

¹⁰ Em entrevista concedida no dia 5 de dezembro de 2005.

¹¹ Em entrevista concedida, por telefone, no dia 16 de abril de 2006.



do senhor”. Maiello permaneceu em Macapá até 1972, quando foi afastado da cidade e convocado para trabalhar pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Entre uma edição ou outra, os padres produtores do programa “Ponto-de-Vista” davam alfinetadas no governo, em tom de ironia. Assim foi em uma das edições, cuja data não pôde ser registrada.

Tudo acontece nesta terra de Alferes Cabralzinho¹²!

E acontece, assim, de uma hora para outra, tão de inesperado que deixa a gente embasbacado, bobo, apalermado.

Mas não é de hoje, não, que é assim.

A prática é velha, tem barbas brancas, vem de muito tempo. Desde que o Território é Território. E o povo, coitado do povo, vai engolindo, com a mesma repugnância, como se estivesse comendo pedaços de sapo cru... Não tendo outra alternativa, parte para a gozação.

Quem não se lembra o triste tempo em que o funcionário era obrigado a ir buscar, no aeroporto, o governador, quando de suas idas e vindas, sob pena de ter seu “ponto” cortado, sob pena de ter perdido seu rico dia de trabalho?

Desde aí, as coisas gozadas, risonhas, acontecem, a três por quatro, repentinamente. E o povo olha pro “negócio”, com um sorrisinho de canto de boca, sorrisinho irônico, de deboche, de gozo...

Em outro exemplo, no programa “O Redator de Plantão”, apresentado no dia 19 de agosto de 1975 pelo padre Jorge Basile, a crônica conta a história do encontro do sacerdote com uma mulher pobre, cujo marido trabalhava no garimpo, e os três filhos, sem condições de comprar uniforme, foram barrados e não puderam assistir às aulas. Por esta atitude, o padre levantou algumas questões sobre a obrigação da farda, palavra que utiliza diversas vezes no texto. A maneira como o autor se reportou ao termo “farda” deu a se entender que estaria se referindo aos militares, provocando duplo sentido.

Fui sempre inimigo nº 1 da farda, embora fosse obrigado quando Diretor do CCA [Colégio Comercial do Amapá, atual Escola Estadual Gabriel de Almeida Café] à exigir que os alunos usassem a dita. Fui sempre inimigo nº 1, porque nunca pensei que farda representasse mais disciplina ou mais respeito, ou mais não sei o quê. Fui sempre inimigo da farda, porque muitas vezes em nome e por culpa da farda, alunos pobrezinhos perderam as aulas e se não ficaram prejudicados o foi tão simples e exclusivamente, porque os pais tiraram o pão da boca dos filhos, para comprar farda. Isto é coisa que se faça? É por estas coisas que sou inimigo nº 1 da farda.

¹² Cabralzinho, apelido de Francisco Xavier da Veiga Cabral, governou o município de Amapá no final do século XIX. É considerado herói, por ter defendido a região das tropas francesas, que queriam se apossar da região que, na época, tornou-se pólo de exploração aurífera.



No dia 1º de setembro de 1975, a assessoria de Relações Públicas da Secretaria de Segurança Pública enviou o ofício 093/75-ASP ao padre Jorge Basile, criticando o conteúdo do programa apresentado pelo sacerdote em relação à obrigatoriedade da farda. No ofício, o assessor relata:

Defere-se a V. Sa. aos alunos que deixaram de freqüentar normalmente as aulas “POR FALTA DE FARDA”. Devo ressaltar que a comparação feita e a maneira como foi abordado o problema, distorcendo os fatos, poderão ter conseqüências graves e altamente prejudiciais ao Território, a Comunidade e principalmente a V. S^a.

Desejo esclarecer que a palavra “FARDA” não é adequada ao caso apresentado. E o fato de V. S^a. dizer que é INIMIGO Nº 1 DA FARDA, fala muito mal, principalmente àqueles militares que usam FARDA, como eu e tantos outros. Comunico que V. S^a. fala mal o Português, pois é de origem ITALIANA e se expressa com um vocabulário muito vulgar para uma emissora de rádio (EDUCADORA) que devia difundir cultura e não proporcionar desaprendizagem da nossa língua pátria.

Em outro momento, o padre Jorge Basile recebeu outro ofício, de número 201/75-GAB, escrito no dia 3 de setembro do mesmo ano pelo governador do Território, Ivanhoé Gonçalves Martins. Desta vez, o governador exigia providências para que a Educadora afastasse um dos locutores (não identificado), considerado prejudicial para as atividades do governo.

Apresso-me em informar a Vossa Reverendíssima que apoio integralmente os termos da correspondência, sugerindo que sejam tomadas providências no sentido que aquele locutor da Rádio Educadora atente para o problema de que suas interferências são prejudiciais ao trabalho que estamos procurando desenvolver no Território, por estar desinformando dos verdadeiros fatos.

Dom José Maritano também foi uma das pessoas que recebeu ofícios de órgãos públicos se referindo às crônicas da Educadora. No dia 4 de abril de 1977, a Câmara dos Vereadores de Macapá enviou ao bispo-prelado o ofício 79/77-CVMM, escrito pelo presidente da casa, o vereador Jarbas Ferreira Gato.

Cumpr-me levar ao conhecimento de V. Revma. que em alguns programas radiofônicos levados ao ar pela Rádio Educadora “SÃO JOSÉ”, estão existindo distorções a respeito do trabalho desenvolvido por este Poder e como Presidente desta Casa é de meu dever tomar conhecimento e responder as críticas argüidas ao Legislativo Municipal.

Assim sendo, acabo de enviar ofício ao Diretor daquela emissora, cuja cópia junto a este, a fim de Vossa Reverendíssima tome conhecimento do assunto em tela.

As correspondências encaminhadas à Rádio Educadora foram guardadas e anexadas juntamente com os scripts de cada programa. Com isso, foi possível analisar o conteúdo veiculado do qual as cartas se referem. Não foi possível comprovar se essas crônicas, escritas nos últimos anos de atividade da Rádio Educadora, passaram pela censura prévia da Polícia Federal, assim como acontecia nos programas “Ponto-de-Vista” e “Café da Manhã”, e nas grades de programação da emissora. Nos textos dos programas não foi percebido nenhum carimbo ou assinatura do Departamento de Censura de Diversões Públicas.

Uma rádio aflita

As próprias tensões entre a emissora e os governos militares se apresentaram, durante a pesquisa, como motivo para o fechamento da Rádio Educadora, em 1978. A versão é reforçada através do depoimento do funcionário público e radialista Nilson Montoril. Nos últimos anos da emissora, Montoril apresentava o “Cidade Alerta”, programa sobre os problemas da cidade, antes comandado por J. Ney. Por conta disso, Nilson chegou a ser desligado do governo do Território. Com a pressão dos órgãos da imprensa foi readmitido e recebeu uma proposta de funcionários que faziam parte do alto escalão.

O Domício Magalhães, secretário de Administração, me chamou e disse que iria me reintegrar no Governo, só que com uma condição: teria que deixar a Rádio Educadora. Quando eu estava indeciso, eu me encontrei com alguns companheiros, como o Walter Pacheco, o Nestlerino Valente e o Alberto Uchôa. O Alberto teria me dito: ‘olha Nilson, eu acho oportuno aceitar o convite do Domício, porque a Rádio Educadora vai fechar, no mais tardar em abril ela fecha’.

A declaração de Nilson Montoril mostra que o fechamento da rádio já era tido como algo premeditado, movido por decisões oficiais. A mesma versão também é confirmada pelo locutor esportivo João Silva¹³.

A Rádio Educadora tinha uma postura crítica, com apoio de padres de vanguarda, como o Jorge Basile e o padre Gaetano Maiello, que tinham uma outra visão e não concordavam com tudo que estava acontecendo. Nós também tínhamos essa visão: o militar não poderia estar certo e o resto da sociedade

¹³ Em entrevista concedida no dia 3 de dezembro de 2005.



errada. E por isso foi causando incômodo no Governo. Por conta disso, alguns políticos se uniram para fechar a rádio.

A versão é negada fielmente pelos padres, que acreditam que o problema tenha sido apenas de ordem financeira e não política. O padre José Busato¹⁴, que no período do fechamento era membro do conselho da Prelazia, fala da falta de interesse da Igreja em permanecer com a rádio:

Naquele período, a Rádio Educadora tinha 32 funcionários. Não tinha ninguém que segurasse o pagamento do pessoal. Sei que não entrava nada. A cada mês, eram 500 cruzeiros de despesas a mais. Ninguém ajudou a fechá-la, o próprio dom José Maritano não tinha mais interesse em manter. Se for para correr o risco de perder o padrão ou demitir funcionários, preferiu-se fechar tudo.

A versão sobre o problema financeiro também é defendida pelo padre Dante Bertolazzi¹⁵, que estava em Macapá na época do fechamento da Educadora. Ele acredita que a falta de experiência dos próprios padres em administrar uma empresa teria auxiliado para a falência da emissora:

Era difícil para a Prelazia manter toda aquela turma que já estava ficando grande, sendo que era um pessoal preparado, e isso custava para pagar. Lembro muito bem que o dom José [Maritano] era muito preocupado com relação a isso e perguntava: como é que nós vamos pagar? O padre Jorge Basile também era uma pessoa que não aceitava ajuda, era meio que um dono das coisas que ele administrava. Daí, a rádio teve que fechar as portas.

As duas versões acompanharam durante todo o processo de pesquisa e entrevistas com as pessoas que trabalharam ou que tiveram alguma relação com a Rádio Educadora São José. Tornou-se uma obrigação ter que apresentar os dois posicionamentos. Apesar dos entrevistados apresentarem uma visão e terem negado a outra, elas não se contradizem. Como se viu anteriormente, houve sim pressão política.

Quanto a questão financeira, documentos da Prelazia comprovam que, desde o primeiro ano de funcionamento (1968), a Educadora já apresentava déficit na receita, com dívida de NCr\$ 3.430,40. Somando outros débitos, como aluguel de imóveis, de empréstimos e outras despesas, era mais NCr\$ 54.348,45. Entre 1968 e 1969, a Rádio Educadora deixou de recolher a taxa do INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). A emissora teve depois que fazer o recolhimento com juros e correções

¹⁴ Em entrevista concedida no dia 8 de setembro de 2006.

¹⁵ Em entrevista concedida no dia 2 de novembro de 2006.



monetárias. Em 1971, as dívidas já somavam Cr\$ 43 mil. Nos anos de 1970 e 1971, não foram realizados os serviços de contabilidade. Resultado: despesas de Cr\$ 6.400.

Nesta mesma época, os dois veículos utilizados pela emissora estavam na oficina, com peças para serem trocadas depois de tanto tempo de rodagem. Com as constantes faltas de energia, a rádio precisou comprar um gerador de Cr\$ 3 mil, mas até agosto de 1971, só foram pagos Cr\$ 500 e não havia dinheiro para o restante. As cabines de locução necessitavam de reformas, além de haver uma dívida com a Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), órgão que ainda exigia a construção de cercado em torno do parque transmissor, localizado a dois quilômetros da sede da emissora, na mesma rua Leopoldo Machado.

Padres fecham a Educadora

Em março de 1978, o conselho eclesiástico da Prelazia de Macapá elaborou um questionário para decidir sobre o futuro da Rádio Educadora. Foram 12 perguntas encaminhadas a todos os padres que atuavam nas paróquias da capital. O questionário foi escrito em italiano e respondido no mesmo idioma. Os padres tinham um prazo de até o dia 12 de março para entregar a resposta. No documento, estavam questões sobre a realidade da programação da rádio, avaliação entre aspectos positivos e negativos e propostas aos padres em participar da grade com programas.

Vinte padres responderam o questionário. Apenas Dante Bertolazzi, José Busato e Lino Simonelli votaram pela continuação das atividades da emissora, desde que tomassem medidas para sanar os problemas e tornassem a programação mais religiosa. Os demais, incluindo os padres Angelo Bubani, Fúlvio Giuliano, Sandro Galazzi e Salvador Zona (um dos incentivadores da emissora durante a sua implantação) foram a favor do fechamento. Apenas o padre Paulo Lepre não se arriscou a dar uma resposta definitiva sobre o assunto. O conselho da Prelazia decidiu então fechar as portas da Rádio Educadora.

No mês seguinte, mais precisamente no dia 17 de abril de 1978, a Rádio Educadora São José encerrou as atividades. Neste dia, a programação foi conduzida pelo padre Jorge Basile, que lamentava sobre o fechamento da emissora, junto com os ouvintes, que participavam pelo telefone. A programação foi encerrada com a execução do prefixo *Lago dos Cisnes*. Depois veio o silêncio, o desfecho de quase uma década de história da emissora da Prelazia de Macapá. No final do mês, os transmissores foram lacrados e as portas fechadas.

Em 17 de agosto de 1979, o Diário Oficial da União publicou o decreto 83.867, de 16 de agosto do mesmo ano, que renovava por dez anos a concessão da Rádio Educadora São José Ltda. para uma nova empresa, a Z Publicidade do Amapá Ltda. Neste período, a nova empresa reativou a emissora com o nome da Rádio Educadora de Macapá.

A emissora assumiu a frequência de 1.350 kHz (ondas médias) e de 2.400 kHz (ondas tropicais), além de equipamentos e do acervo discotecário. A nova estação, de propriedade do empresário José de Matos Costa, passou a se chamar posteriormente de Rádio Equatorial¹⁶, inaugurada em 28 de janeiro de 1979. A afirmação é do diretor geral do Sistema Equatorial de Rádio, Alexandre de Matos Costa. Porém, em diversas entrevistas se afirma que a inauguração da rádio só aconteceu em 1981. Zelito construiu um prédio próprio para a emissora, no bairro Lagunho. O prédio também passou a abrigar uma emissora FM e uma de televisão, que estão no ar até hoje.

José de Matos aproveitou para copiar idéias de alguns programas da velha “caçulinha”, porém a nova rádio apresentou ares de maior comercialismo. A programação musical adotou estilo mais popular, com pouco espaço para o religioso e para o noticiário. Atualmente, essa falta de espaço para o público católico só contribuiu para a aglomeração de emissoras evangélicas. Provavelmente, a Igreja Católica no Amapá ressinta até hoje a necessidade de conquistar este espaço.

Pensando neste contexto, formula-se a questão: e se a Educadora existisse até hoje? Seria apenas uma estação religiosa? Adaptar-se-ia as modernidades tecnológicas? Faria audiência diante das demais emissoras comerciais? Se pensar na experiência de outras rádios católicas, em outros estados brasileiros, a proposta seria de ver uma rádio com grade de programação praticamente voltada aos assuntos eclesiais, com audição de músicas religiosas para ouvintes selecionados.

Uma pena. De qualquer forma, seria uma opção diferente. O macapaense necessita de segmentação. E isso dependerá de um maior desenvolvimento econômico do Estado (novo, de apenas dezoito anos de existência), resultando numa maior qualificação do público e no crescimento do mercado publicitário, que ainda não possui condições de sustentar uma estação de rádio, televisão os jornais, presos a benefícios concedidos pelo poder público. Mas algo se deve esperar para o futuro.

¹⁶ Não confundir com a emissora clandestina da década de 1960, citada anteriormente.



Bibliografia

A VOZ CATÓLICA. Edições entre os anos de 1966 e 1975.

BEZERRA, Eliazar Coelho. *A Voz Católica: um jornal da Prelazia de Macapá*. 2004. Dissertação (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Faculdade Seama, Macapá.

BUBANI, Pe. Angelo. *Diocese de Macapá: apontamentos históricos*. Macapá: Diocese de Macapá, 1985, 2ª ed.

DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação Social na Igreja: documentos fundamentais*. São Paulo: Paulinas, 2003.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. Tradução Heloisa Bras de Oliveira Prieto. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MELO, José Marques de. *Comunicação Eclesial: utopia e realidade*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PENNAFORT, Hélio. *A Imprensa no Amapá*. Macapá, 1994.

PUNTEL, Joana T. *Cultura midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo: Paulinas, 2005.

RODRIGUES, Edgar. *A história da comunicação no Amapá*. Macapá, 2002. Disponível em: <<http://www.amapa.net/info/mostra.php?id=8>>. Acesso em: 31 ago. 2007.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autoimônia territorial ao fim do Janarismo (1943-1970)*. Belém, Grafimort Ind. E comércio, 2006. 2ª ed. P. 169-199.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Do Santo Ofício à Liberação*. 1ª ed. São Paulo: Paulinas, 1988.